

## **CAPÍTULO VI**

### **DA APURAÇÃO SUMÁRIA DE IRREGULARIDADES**

- Art. 139 – A autoridade que tiver ciência de qualquer irregularidade no serviço público é obrigada a promover-lhe a apuração imediata por meio sumário ou mediante inquérito administrativo.
- Art. 140 – A apuração sumária por meio de sindicância não ficará adstrita ao rito para o inquérito administrativo, constituindo simples averiguação, e será realizada por dois servidores de condição hierárquica nunca inferior a do indiciado.
- Parágrafo Único – A sindicância deverá ser concluída no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável uma única vez, por igual período.
- Art. 141 – Se no curso da apuração ficar evidenciada falta punível com pena superior à repreensão e suspensão correspondente, o responsável pela apuração comunicará o fato ao superior imediato, que solicitará, pelos canais competentes, a instauração do inquérito administrativo.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**

- Art. 142 – O inquérito administrativo precederá das penas de suspensão, de destituição de função, demissão a bem do serviço público e cassação de aposentadoria.
- Art. 143 – São competentes para determinar a instauração do processo administrativo o Prefeito, os Secretários Municipais e os Diretores de autarquias e fundações que vierem a ser criadas, assim como a Comissão Executiva da Câmara, em relação aos funcionários do Poder Legislativo.
- Art. 144 – O inquérito será realizado por uma comissão designada pela autoridade que houver determinado a abertura, composta de três funcionários, os quais poderão ser inclusive aposentados.
- §1º - No ato de designação será indicado um dos membros para dirigir, como presidente, os trabalhos da comissão competindo a este indicar o secretário.
- §2º - A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos do inquérito, ficando seus membros, em tais caso, dispensados do serviço na repartição.
- §3º - A comissão procederá todas as diligências convenientes, recorrendo, quando necessário, a vistorias ou perícias.
- §4º - Quando houver indícios de alcance, a administração municipal poderá designar funcionário que tenha habilitação para acompanhar investigações e diligências em defesa do erário.
- §5º - O defensor do erário poderá requerer no processo o que for de direito, inclusive a reinquirição do indicado ou de testemunhas.
- Art. 145 – Se de imediato ou no curso do inquérito administrativo ficar evidenciado que a irregularidade envolve crime, o presidente da comissão, por intermédio da autoridade instauradora, a comunicará ao Ministério Público.
- Art. 146 – O inquérito deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da instalação da comissão, prorrogáveis sucessivamente por períodos iguais, em caso de força maior, e a juízo da autoridade administrativa determinadora da instauração do inquérito.
- §1º - A não observância desses prazos não acarretará nulidade do inquérito, importando porém, quando não se tratar de sobrestamento, na responsabilidade administrativa dos membros da comissão.
- §2º - O sobrestamento do inquérito administrativo só ocorrerá em caso de absoluta impossibilidade de prosseguimento, a juízo da autoridade administrativa competente para a sua instauração

Art. 147 – Os órgãos públicos, sob pena de responsabilidade de seus titulares, atenderão com a máxima presteza às solicitações da comissão, inclusive requisição de técnicos e peritos, devendo comunicar prontamente a impossibilidade de atendimento em caso de força maior.

Parágrafo Único – Em caso de necessidade, o Poder Municipal poderá contratar elementos técnicos externos necessários a investigação, desde que não haja similar no serviço público municipal.

Art. 148 – Ultimada a instrução, será feita, no prazo de 3 (três) dias, a citação do indiciado para apresentação de defesa no prazo de 10 (dez) dias, sendo-lhe facultada vista no processo, durante esse período, na sede da comissão.

§1º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§2º - Estando o indiciado em lugar incerto, será citado por edital, publicado duas vezes no órgão oficial e uma vez em jornal de grande circulação.

§3º - O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências consideradas imprescindíveis.

Art. 149 – Nenhum acusado será julgado sem ampla defesa, que poderá ser produzida em causa própria, permitindo-se o acompanhamento do inquérito, em todas as suas fases, pelo funcionário acusado ou por seu defensor.

Art. 150 – Em casos de revelia, o presidente da comissão designará, de ofício, um funcionário para atender o indiciado.

Art. 151 – Concluída a defesa, a comissão remeterá o processo à autoridade competente, com relatório onde será exposta a matéria de fato e de direito, concluído pela inocência ou responsabilidade do indiciado, no último caso, as disposições legais que entender transgredidas e as respectivas penas.

Art. 152 – Recebido o processo, a autoridade competente proferirá a decisão, no prazo de 20 (vinte) dias.

§1º - Se a penalidade a ser aplicada ultrapassar a competência da autoridade responsável pela instauração do processo deverá o processo ser encaminhado à autoridade competente.

§2º - Se a decisão final envolver mais de um indiciado com diversidade de sanções, caberá à autoridade competente decidir qual a pena deverá ser aplicada.

Art. 153 – No processo de julgamento o relatório da comissão será o documento básico, salvo quanto:

I. as provas contrariarem os autos;

II. as ocorrências de vícios insanáveis forem detectadas;

III. a nulidade total ou parcial for declarada pela autoridade competente, constituindo no mesmo ato nova comissão para instaurar novo processo.

Art. 154 – Quando a infração estiver capitulada como crime, a autoridade competente deverá remeter o processo ao Ministério Público para a instauração da ação penal.

Art. 155 – O funcionário só poderá ser exonerado, a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da pena, caso aplicada, como também não resultar pena de demissão.

Art. 156 – A revisão do processo poderá ser feita a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando fatos novos surgirem e justificarem.

§1º - O pedido de revisão do processo será dirigido ao Prefeito ou Presidente da Câmara, conforme o caso, e se autorizado encaminhará ao dirigente do órgão onde se originam o processo, tendo a comissão revisora 60 (sessenta) dias para a conclusão do trabalho e a autoridade competente 20 (vinte) para a decisão final, a partir da data do recebimento do processo.

§2º - Caso a decisão, no processo de revisão declare sem efeito a penalidade aplicada, todos os direitos do servidor serão restabelecidos.

Art. 157 – Para aplicação das penalidades deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, as consequências delas decorrentes para o serviço público e para as pessoas, bem como as variáveis agravantes, atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

## **TÍTULO XVI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 158 – A nomeação dos candidatos aprovados em Concurso Público é de competência do Prefeito ou Presidente da Câmara, conforme o caso, e a lotação e a movimentação funcional dos funcionários públicos municipais, do Poder Executivo, serão de responsabilidade do Prefeito Municipal, respeitada a necessidade de cada órgão municipal e a compatibilidade de formação acadêmica para o exercício do cargo.

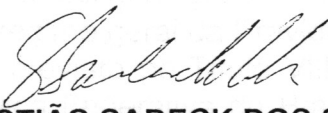
Art. 159 – Compete ao Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração, e a Câmara Municipal, através da Mesa Diretora, implementar esta Lei, baixando instruções e prestando orientações necessárias a sua operacionalização.

Art. 160 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO CURUA,  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CURUA, 15 DE OUTUBRO DE 1999.**

  
**JOSÉ VIEIRA DE CASTRO**  
Prefeito Municipal

Publicado na Secretaria Municipal de Administração, aos dias Quinze de Outubro de Um Mil Novecentos e Noventa e Nove.

  
**SEBASTIÃO SADECK DOS SANTOS**  
Secretário de Administração



**ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ  
PODER EXECUTIVO**

**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

**Rua 03 de Dezembro n.º 307 – Cep. 68.210-000 \* Fone: (93)563-1101/1255 – CURUÁ – PARÁ  
E-MAIL: [curua@tap.com.br](mailto:curua@tap.com.br)**

**LEI Nº 090/ 2002, de 01 de Abril de 2002**

**MODIFICA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL  
Nº 46/99, DE 15 DE OUTUBRO DE 1999, QUE  
DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO  
DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE  
CURUÁ**

O Prefeito Municipal de Curuá, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CURUÁ, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

**ART. 1º** - Fica revogado o Art. 86, da Lei Municipal nº 46/99, de 15 de outubro de 1999.

**ART. 2º** - Ficam revogados os Art. 96 a 108, integrantes dos títulos X, XI, XII e XIII do Capítulo II da Lei Municipal nº 46/99, de 15 de outubro de 1999.

**ART. 3º** - Fica incluído título dispondo sobre a Seguridade Social do servidor, contendo artigos com as seguintes redações:

**DISPOSIÇÕES LEGAIS**

**“ART. 1º** - O servidor municipal gozará dos direitos e vantagens previdenciárias garantidos pelo regime geral da Previdência Social, integrante do Sistema de Seguridade Social, previsto no Título VIII, Capítulo II, Seção III da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, com modificações posteriores, observando as disposições da Lei Federal nº 8.212/91, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custos e Lei 8.213/91, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre Planos de Benefícios da Previdência Social, seus Decretos regulamentadores e respectivas alterações.”

**CAPÍTULO II  
DO CUSTEIO**

**“ART. 2º** - O sistema de Seguridade Social filiado ao Regime Geral de Previdência, será custeado com o produto da Arrecadação de Contribuições Sócias obrigatórias e facultativas dos servidores dos dois Poderes do Município, observada a Legislação Federal que disciplina a matéria.”



**CAPÍTULO III**  
**DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

“ART. 3º- A Assistência à Saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende Assistência Médica Hospitalar, Odontológica, Psicológica e Farmacêutica, prestada pelo Sistema Único de Saúde(SUS) ou, mediante Convênio, na forma estabelecida em Lei ou Regulamento.”

“ART. 4º- O Art. 3º, da Lei Municipal nº 46/99, passa a ter a seguinte redação:

“ART. 3º- O Servidor Público do Município de Curuá serão regidos pelo Regime Geral de Previdência Social(GRPS), nos termos desta Lei.”

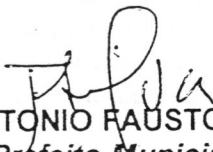
ART. 5º- A contratação para prestar serviços de excepcional interesse público, na forma estabelecida pelo Inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal em vigor, será disciplinada em norma específica.

ART. 6º- Renumeram-se os Capítulos, Títulos e Artigos, da Lei Municipal nº 46/99.


ART. 7º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 8º- Ficam revogadas as disposições em contrárias, especialmente os dispositivos mencionados da Lei nº 46/99, de 15 de outubro de 1999.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curuá, em 01 de Abril de 2002.

  
**JOSÉ ANTONIO FAUSTO DA SILVA**  
*Prefeito Municipal*

Publicado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças ao primeiro dia do mês de abril de 2002.

  
**CARLOS ALBERTO FAUSTO DA SILVA**  
*Séc. Mun. de Administração, Planejamento e Finanças*

Secretaria M. de Administração  
Planejamento e Finanças  
Publicado em 05/04/02  
Curuá - Pará

Livro Nº 1 ser. 1



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ-01.613.319/0001-55**

**RUA 03 DE DEZEMBRO, 307 - SANTA TEREZINHA - CEP: 68.210-970 - FONE 093 - 563-1149**

DECRETO Nº 522/2007, DE 08 DE JANEIRO DE 2007..

**REGULAMENTA O ART. 54 DA LEI MUNICIPAL**  
**Nº.46/1999, DE 15 DE OUTUBRO DE 1999 E DÁ**  
**OUTRAS PROVIDENCIAS.**

O Sr. Jose Antonio Fausto da Silva, Prefeito Municipal de Curuá, no uso de suas atribuições Legais; e

Considerando, a permissão contida no art. 54, da Lei Municipal nº.46, de 15 de Outubro de 1999, que dispõe sobre o Regime Jurídico Únicos dos Servidores do Município de Curuá.

**DECRETA**

*Art. 1º* - Será concedido o Adicional de Insalubridade, nos termos, instituídos pelo art. 54, da lei Municipal nº. 46/99, de 15 de outubro de 1999, aos servidores que exercem de forma habitual atividades que coloquem em risco a saúde.

*Art. 2º* - Para efeito deste decreto, são reconhecidas como atividades que colocam em risco a saúde do servidor aquela que, quer pelo local de trabalho, como pelo manuseio de substância tóxicas ou análogas, ou ainda, em razão de contatos com pessoas, devidamente reconhecidas por normas do Ministério do Trabalho ou outro órgão governamental que vier substituí-lo, responsável pela edição de regras disciplinadoras da medicina e segurança do trabalho.

*Art. 3º* - Caso a situação que for submetida não for regulamentada por norma do Ministério do Trabalho, só será concedido o adicional de insalubridade, após a realização de perícia realizada por profissionais especializados.

*Art. 4º* - O percentual devido ao servidor que exercer suas atividades habituais em condições insalubres, e de 15% (quinze por cento), incidente sobre o vencimento padrão dos servidores.

*Art. 5º* - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curuá, 08 de janeiro de 2007.

  
**JOSÉ ANTONIO FAUSTO DA SILVA**  
*Prefeito Municipal de Curuá*

Publicado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, aos oito dias do mês de janeiro de dois mil e sete no livro de nº 08 e fls 61 VERSOS

  
**FREDSON SENA SILVA**  
*Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças*